



Contextos da formação do educador social no Brasil

Contexts of the social educator's formation in Brazil

Nájela Tavares Ujiie
najelaujiie@yahoo.com.br
Paula Marçal Natali
paula_marcal@hotmail.com
Érico Ribas Machado
ericormachado@yahoo.com.br

Resumo: A educação é um processo que ocorre em diversos espaços da sociedade. Um desses espaços, em ampla expansão na atualidade, é o da educação social, fato que justifica a necessidade de uma reflexão sobre o assunto. Neste artigo, elaboramos alguns apontamentos sobre os contextos de formação do educador social no Brasil. Para isso, abordamos a atuação do educador social em dois espaços educativos específicos: nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e nas Instituições de Contraturno Social. Compreendemos como fatores fundamentais para a práxis pedagógica do educador social: a dialogicidade, a reflexão e o permanente processo de estudo e de formação, todos aliados ao compromisso político com a infância e a adolescência.

Palavras-chave: educação, educação social, formação, educador social.

Abstract: The education is a process that happens in several spaces of the society. One of these spaces, that is in wide expansion, is the social education. Therefore, it becomes necessary a reflection on this subject. In this paper some notes are elaborated about the contexts of the social educator's formation in Brazil. In order to do that, we analyze the performance of the social educator in two different educational spaces: in the *Centros Municipais de Educação Infantil* (CMEIs) and the *Instituições de Contra-Turno Social*. The understanding of these facts is necessary for the social educator's pedagogic praxis: the dialogue, the reflection and the permanent study process and formation allied to the political commitment with the childhood and adolescence.

Key words: education, social education, formation, social educator.

Introdução

No cenário vigente, as demandas sociais estão a exigir uma nova concepção de educação. Tal concepção precisa ser abrangente e forte, concebida como característica da existência humana, bem como com aspecto e perfil formativo de permanência e

abertura ao longo da vida, que não se restringe única e exclusivamente ao âmbito escolar e formal.

Assim, o que a escola manteve até então em suas cercanias vem se desestabilizando e, dessa maneira, ela se descobre vulnerável às novas exigências educacionais: socialização do saber (capital cultural da humani-

dade), preparação para o mundo do trabalho, formação para a cidadania crítica, preparação para a participação social e formação ética.

Nesse contexto, Trilla (1996, p. 17) ressalta que a escola, atualmente, não abarca toda a exterioridade e o contexto espacial e social que a cerca. O autor também pontua que

é necessário criar outros meios e entornos educativos complementares à escola para atender às demandas existentes: os espaços de educação não formal.

No Brasil, esses espaços de educação não formal começaram a se tornar expressivos no final da década de 1980 e no início da década de 1990, com a democratização do ensino e a afirmação dos direitos das crianças e adolescentes, pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – Brasil, 1990). Promulgado em 1990, este é um marco da conquista de grupos de diversos setores da sociedade (igreja, militantes, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outros).

É válido explicitar que a valorização da educação informal e não formal não significa a desvalorização da educação escolar. Ela implica a compreensão da educação social em amplo sentido, mediante a valorização e a defesa do fortalecimento do sistema público educacional, a ampliação da visão educativa numa perspectiva de parceria e continuidade, bem como a extensão do campo de trabalho educacional, para além da educação formal, escolar.

A educação é, portanto, um processo que ocorre nos mais diferentes espaços da sociedade. A educação social se converte em uma utopia necessária, ao longo do século XXI, uma vez que, dentre as aspirações atuais, a ação educativa não pode, nem deve, simplesmente servir ao ideal neoliberal e capitalista, mas orientar-se para o desenvolvimento humano em sua plenitude. Fundamentados nessa máxima, temos por objetivo, no decorrer deste trabalho, delinear o processo da formação do educador social no Brasil, considerando a reflexão metateórica (prática e teoria) na constituição formativa desse profissional, atuante nas mais variadas instâncias da prática educativa. Após apresentados esses objetivos, abordaremos a atuação do

educador social em dois espaços educativos: nos CMEIs e nas Instituições de Contraturno Social, por meio de explicitações que demarcam o caráter exploratório de pesquisa e debate. O trabalho toma corpo, realizando o cruzamento entre reflexões e dados de pesquisa de cada um dos autores que a embasaram, com vistas à discussão de aspectos relevantes desses estudos. Finaliza-se esta análise tecendo considerações conclusivas sobre a formação desses educadores e dos pressupostos que nos parecem fundamentais para a sua formação e profissionalização.

Constituição formativa do educador social

Para começar a refletir sobre a constituição formativa do educador social, é necessário que perguntemos: (i) quem é este profissional?; (ii) como se caracteriza sua atuação?; e (iii) quais são as suas atribuições no cenário educativo atual?

De acordo com Petrus (1997, p. 11), estudioso da Pedagogia Social europeia, educadores sociais são aqueles que se autodefinem como tais. No entanto, para o autor, essa autodefinição se formula ao passar por algumas vias de acesso, a saber: administrativa, sistemática, histórica, empírica e analítica. Ao refletirmos sobre o significado de cada uma dessas vias, podemos traçar as transições que seguem.

O educador social que se constitui pela via administrativa é o que se alinha com a ação cidadã: é especialista, gerenciador de recursos humanos, administrador que desenvolve projetos em favor de terceiros, captador de recursos, pertencente tanto a quadro de empresas, quanto, na maioria das vezes, a ONGs, as quais estão enquadradas no Terceiro Setor, parceiras das ações governamentais.

O educador social que se constitui pela via sistemática é aquele

que atua na docência e pertence ao sistema educacional. Assim, prima pela educação abrangente no âmbito institucional e atende às novas exigências educacionais. Estas, de acordo com Libâneo (1998), pautam-se em atitudes docentes relevantes: (i) assumir o ensino como mediação, capaz de mudar a prática de pluridisciplinar para interdisciplinar, na escola; (ii) conhecer estratégias do ensinar a pensar e ensinar a aprender a aprender; (iii) auxiliar os alunos ou educandos a buscarem uma perspectiva crítica dos conteúdos, a se habituarem a apreender as realidades enfocadas nos conteúdos escolares de forma crítico-reflexiva; (iv) assumir o trabalho de sala de aula como um processo comunicacional; (v) reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e de informação na sala de aula; (vi) atender e respeitar a diversidade cultural; (vii) investir na formação continuada; (viii) integrar, no exercício da docência, a dimensão afetiva; e (ix) desenvolver comportamento ético, de modo a saber orientar os alunos em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas e a si próprios.

Na via histórica, encontra-se o educador social que se constituiu no processo histórico e político. Nesse processo, tem envolvimento direto com as demandas sociais e a militância consciente em movimentos sociais, na ação conjunta, na *comunhão*, pontuada por Freire (1987), na proposição e na própria afirmação política da construção de um projeto alternativo de sociedade como marca característica na atuação da sociedade civil, mediante ação social, que revela o *homem se libertando* de uma realidade opressora.

Já na via empírica, podemos situar o educador social que se constituiu na luta diária, no contato com a prática, com os necessitados da educação social ou carentes, e

que tem como pauta formativa os *saberes experienciais* (Tardif, 2002) da vida cotidiana: o saber fazer, o cuidado, o voluntarismo, a assistência, a necessidade de atender o outro e a si, a ação que capacita no caminhar, a tentativa, o erro e o acerto que se fazem no dia a dia, como constituinte da prática social.

Enfim, a via analítica é a que caracteriza o educador social impregnado pela análise, pela práxis educativa social, pelo trabalho social, pela reflexão metateórica (prática e teoria), pela pesquisa, pela vertente científica e disciplinar da área e pela formação profissional qualificada clarividente que acontece nas múltiplas dimensões. Esse educador se constitui por meio de sua ação formativa de pesquisador e pela atuação na área da Educação e Pedagogia Social, tendo em vista, como bem afirma Petrus (1997, p. 33), “a realidade do tecido social que lhe dará seu contexto de configuração”.

Buscando compreender o profissional educador social, ainda podemos contar com as considerações de Oña (2005, p. 2). Partindo de alguns referenciais, o autor traz a seguinte definição:

O Educador Social é uma pessoa capacitada para desenvolver duas funções: por um lado, deve elaborar uma crítica e uma transformação dos valores educacionais e da estrutura da sociedade e por outro, deve intervir com sujeitos e ajudá-los a potencializar seus fatores pessoais de desenvolvimento, capacitando-os socialmente para: desenvolvimento de auto-estima, auto-conhecimento, habilidades sociais, consciência crítica, etc., a fim de facilitar as condições objetivas da pessoa com o seu meio [...] O Educador Social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura (Oña, 2005, p. 2, tradução nossa).

Como percebemos, esse profissional assume um papel importante

na sociedade e com os envolvidos no processo educacional, por isso o educador social deve ser não só um profissional consciente de suas responsabilidades sociais, como também um agente transformador do *status quo* vigente. Com base em seus compromissos de sujeito e indivíduo consciente, é o mediador nessa tarefa e contribui para o desenvolvimento dessa mesma consciência em seus educandos.

Nesse cenário, podemos visualizar novos matizes pedagógicos e ampliar a dimensão pessoal e social do conceito constitutivo do educador social, na vertente histórica, política, econômica, afetiva e social.

Para Romans *et al.* (2003, p. 206), ao serem pensadas as atribuições e funções do educador social no âmbito educativo, é imprescindível que se realizem as seguintes ações: (i) detectar e analisar os problemas sociais e suas causas; (ii) agir na orientação e relação institucional; (iii) dialogar com os educandos; (iv) apresentar função reeducativa no sentido mais amplo; (v) organizar e participar da vida cotidiana e comunitária; (vi) animar os grupos comunitários; (vii) promover atividades socioculturais; (viii) formar, informar e orientar a comunidade escolar; (ix) apresentar função docente social; (x) ter função econômica e profissional.

Nessa perspectiva, a atuação do educador social é abrangente, tendo em vista a transformação da realidade. Partindo desse pressuposto, segundo Oña (2005), são espaços de atuação do educador social:

- centros, entidades e instituições de regime fechado: centros de acolhida, abrigos para crianças e adolescentes, asilos etc;
- regime semiaberto: educadores de rua, execução de medidas judiciais, desenvolvimento comunitário, serviços sociais etc;
- drogadependências;

- equipes sociopedagógicas municipais;
- Conselhos Tutelares;
- programas de ajuda técnica ao voluntariado;
- centros de ócio e tempo livre;
- colônias de férias;
- albergues;
- museus;
- centros cívicos;
- brinquedotecas;
- serviços de bairro;
- programas socioculturais etc.

Nessa perspectiva, a atuação do educador social é ampla, visto que se orienta para a transformação da realidade. Ao encontro desta ideia, Araujo (2006, p. 3) afirma que o educador social:

Deve ser mediador de todas as ações planejadas que envolvam principalmente a prevenção primária, incorporar em seu trabalho os valores construtivos para o resgate da auto-estima; orientar na resistência às pressões sociais e ao risco, envolvendo os educandos de tal forma, para que sejam sujeitos de uma nova história. Desta forma decisiva e afirmativa, todos serão, a rigor, agentes transformadores de uma nova Sociedade: a do Direito inerente, a da comunicação e informação, a da educação e a da participação social crítica e solidária.

Portanto, o processo de constituição formativa do educador social nos dias de hoje implica em conquista da autonomia para a construção do próprio caminho na trajetória transformacional, buscando seus pares, construindo uma prática política e reflexiva.

Quem é o nosso educador social?

No debate sobre a identidade do educador social na dinâmica brasileira, de acordo com Vangrelino (2005), é imprescindível nos reportarmos

ao final da década de 70. Nesse período, militantes de movimentos sociais, pesquisadores e trabalhadores sociais engajados na defesa da infância e juventude começaram a questionar as práticas em vigor que demonstravam, cada vez mais, resultados ineficientes e desastrosos sobre jovens e crianças institucionalizados, vistas indistintamente como criminosas, não importando se órfãs e/ou abandonadas.

Por essa razão, a luta ganha *status* de conquista com o ECA, em 1990. Daí em diante, os governos federal, estadual e municipal vêm tentando realinhar as diretrizes das políticas públicas de atendimento à criança e adolescente, de acordo com o que este estatuto preconiza. Nesse contexto, os movimentos sociais em favor da juventude, bem como os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente (CMD-CA) também atuam nesta direção, já vislumbrando esses indivíduos como sujeitos de direito. Entretanto, em nosso país, em vista da política neoliberal, temos vivido, cada dia mais, a presença do Estado incipiente e a transferência das responsabilidades das políticas sociais para o setor privado, por meio do Terceiro Setor. Isso tem fortalecido o âmbito crescente das Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse viés, o educador social atuante em espaços não-formais de ligação forte com a via histórica e analítica, tem dado vazão à ligação com a via administrativa e empírica, modificando seu perfil. É preciso ressaltar que falar de um perfil do educador social é algo complicado, uma vez que, de acordo com o que pontua Vangrelino (2005, p. 5), este campo:

[...] é muito diversificado e permite que se encontrem lado a lado educadores com formações em diferentes

níveis de ensino, com diferentes vínculos institucionais (voluntário, funcionários contratados por ONGs, funcionários contratados pelo Estado ou militantes em movimentos sociais), que têm exigido, além da militância, novos conhecimentos para o desempenho de suas tarefas e que principalmente, a formação acadêmica desses profissionais, em qualquer nível de ensino, não os prepara para o tipo de prática e postura educacional para educar crianças e adolescentes de e na rua faz necessário compreender melhor como se formam estes educadores sociais.

Para entender melhor como se formam esses educadores sociais, temos visto, ao longo do nosso percurso, uma infinidade de formações possíveis: psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, pedagogos, geógrafos educadores físicos, artistas, músicos, entre outros, no que diz respeito à formação dos educadores atuantes. Nossa inserção, envolvidos nesse processo que se pluraliza (pedagogos, historiador, educador físico, advogado, geógrafo), como participantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Pedagogia Social (GEPPS), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, também é outro exemplo.

Vangrelino (2005) assinala que a diversidade formativa do educador social se configura e ganha respaldo pela emergência do campo de atuação, o autor complementa que “esse campo se encontra em franca expansão, devido às demandas sociais crescentes e emergentes, vivenciadas na aurora do século XXI, por profissionais disponíveis a atuação no trabalho social”.

Mesmo com alta demanda da sociedade, é importante afirmar que a função de educador social não se cumpre pela simples contratação para o cargo. Esta atividade acontece com algo mais, que Freire (1987) enfatiza,

ao mencionar que o educador se constitui como tal quando trabalha com o educando. Esse autor aponta que a sua tarefa termina convertendo-se, também, na ação por meio da qual ele se reeduca com e junto a quem ele educa. O educando educa, mesmo que não esteja consciente desse ato. Dialeticamente, o ato específico de educar crianças, adolescentes, adultos ou idosos comporta uma diferença que deve ser reconhecida e igualmente importante que não seja antagônica.

Cabe, pois, ao educador social a atenção aos educandos como copartícipes do processo educativo, bem como a atenção aos diferentes contextos culturais constitutivos da ação humana. Essa é uma atuação que abarca as competências explicitadas por Ceroni (2006, p. 12):

[...] flexibilidade em suas ações; conhecimento e experiências relativos à gestão participativa; competência e habilidade na busca de soluções para os impasses enfrentados, com compreensão do processo histórico, social, administrativo e operacional em que está inserido; comprometimento e envolvimento com o trabalho; ter preparo para administrar conflitos; zelar pelo bom relacionamento interpessoal; gostar de trabalhar com pessoas; comunicação eficaz; conhecimento de princípios de educação popular; ter competência e habilidade para planejar, organizar, liderar, monitorar, empreender.

O compromisso político é outro elemento relevante na formação do educador social e primordial para a constituição da identidade deste. Em outras palavras, um educador deve apontar as injustiças e as desigualdades sociais, visando à construção de um projeto de sociedade baseada em relações mais justas e igualitárias.

Entretanto, devemos ressaltar que, em busca do compromisso político do educador nas práticas educativas, não devemos esquecer que:

[...] só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí, jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas (Freire, 1980, p. 102).

Por todas as reflexões apresentadas, somos taxativos em ressaltar que o elemento primordial que capacita o educador social para o exercício da sua função é um fator de princípio histórico, de agente determinante e determinado, de contradição, de dialética, de dialogicidade, de ação político-pedagógica, de ruptura com o imobilismo, de possibilidade de mudança.

A formação do educador social pode ser compreendida como um espaço e um tempo de conceber ideias, imaginar novos caminhos, se constituir com e por meio do outro, compor outras formas de fazer, pôr em ordem as inquietações, instruir-se, educar-se, aperfeiçoar a atuação pedagógica e política. Ele também deve estar apto a fazer perguntas, fabricar dúvidas, ser reflexivo, promover o estado de curiosidade ingênua para o estado de curiosidade epistemológica, estudar e estudar-se, fundar novas diretrizes de ação, criar outros espaços e tempos, preparar-se e fazer-se historicamente.

O educador social no contraturno social

Na educação não formal, o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco acontece prioritariamente mediante o contraturno social. Este se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades artísticas, esportivas e ou profissionalizantes no horário contrário ao que as crianças e adolescentes frequentam a escola.

O predomínio do atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pela educação não formal, não é uma realidade que se constituiu repentinamente. Ela pode ser compreendida historicamente como um resultado do assistencialismo e da visível ausência do Estado.

O educador social atuante no contraturno social, no Brasil, não tem uma formação específica. É um trabalhador que procede de diferentes áreas de formação como a Pedagogia, a História, a Letras, a Educação Física, dentre outras. O educador social não precisa ainda ter formação em nível superior – porque este não é um pré-requisito para sua atuação – ou ter apenas uma história de envolvimento com a luta pelos direitos da infância e da adolescência.

A formação do educador social é um aspecto que merece reflexão mais cuidadosa, visto que, como lembramos, sua formação não é um pré-requisito para a atuação. Compreendemos que a formação do educador social deve ser ampla e precisa contemplar conhecimentos específicos sobre educação não formal, além de uma sólida e crítica formação política.

É imprescindível que esse educador que atua com a criança e o adolescente em situação de risco social conheça também toda a discussão sobre a luta em defesa da criança e do adolescente e os detalhes explicitados ou não no ECA, promulgado em 1990.

Existem muitos obstáculos para a constituição da identidade desse profissional da educação. Entre eles destacam-se a falta de representatividade de classes, a indefinição das leis trabalhistas e a ausência de qualquer referência à formação desse profissional. Desta forma,

O educador segue então transformando suas práticas das mais variadas formas, sem referências sistematizadas em suas diversas atuações, sem

um código de ética definido, sem limites claros traçados, limites para o próprio educador e geralmente exigidos às crianças e adolescentes no seu cotidiano (Rodrigues, 2005, p. 274).

Esses fatores podem ter como consequência uma ação educativa muito individualizada, deslocada de um planejamento pedagógico da instituição de contraturno social, que deveria ser fruto de uma construção coletiva, com ações educativas.

Pautadas em práticas mais abertas, reflexivas baseadas no princípio da dialogicidade. Essas características não podem ser confundidas, pelo educador social, com a utilização do improvisado como recurso metodológico para a atuação, pois isso pode resultar em uma ação educativa de baixa qualidade.

Compreendemos, assim, que o trabalho do educador social deve ser praxiológico, como uma atividade teórico-prática, com a ressalva de que a teoria não deve ficar limitada em si mesma, mas deve servir como guia na ação educacional.

Entendemos também como fundamental, na ação educativa, o ato reflexivo promovido pelo educador social. Esta característica fundamenta-se no direito à participação e à autonomia de todos – educandos e educadores – e na negação da centralidade do diálogo apenas na figura do educador, pois

Não há nada que contradiga e comprometa mais a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação (Freire, 1980, p. 93).

Dessa forma, é incoerente uma ação educativa comprometida com o sujeito, se não proporcionar a análise crítica. Ao priorizar a ausência de debate ou fazê-lo de forma autoritária,

o educador reforça os modelos de opressor e oprimido, estabelecidos em nossa sociedade.

O educador social no CMEI

Ao trazer para pauta da discussão o educador social no CMEI, não desejamos causar estranheza, mas compartilhar uma visão que nos foi possível construir por meio de pesquisa¹, na qual foram realizadas entrevistas com profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Irati-PR. Isso nos possibilita incluí-las neste estudo, uma vez que Petrus (1997) explicita a auto-definição do educador social como prerrogativa de conhecimento e reconhecimento desse profissional. Tal fato ficou presente na fala de grande parte dessas educadoras, quando questionadas sobre o enquadramento de função. Essa situação é perceptível nas transcrições² que seguem:

A gente é educador infantil. Aqui pra você entender a realidade de uma creche primeiro você tem que participar dela, tem que estar interagindo, vivenciando, mas é muito difícil ser uma educadora infantil, sabe? (J., entrevistada em 22/11/2007).

As meninas³ aqui sabem trabalhar, não só o professor elas têm o lado humano também, sabe? Se a criança tem um problema ela conversa, dá colo, agrada e continua trabalhando com os outros na sala (S., entrevistada em 03/12/2007).

Eu acho que é diferente o professor do educador, no caso o educador infantil, que a gente é, cuida, educa e tem que dar mais carinho. Aqui eles contam pra você tudo que acontece na casa, aí você acaba ficando mais assim, envolvida (H., entrevistada em 23/01/2008).

Aqui no CMEI, acho que estamos mais pra educador que professor. (L., entrevistada em 18/01/2008).

Com base nas falas dessas educadoras sociais, ficam evidentes sua autodefinição, seu comprometimento com o atendimento à infância que acontece no espaço educativo dos CMEIs, sua apreensão do contexto cultural e social e sua ligação humana e afetiva com a criança. Junto a esta, a educadora se vê como coparticipe do processo educativo e, valorizando a afetivo, pode dedicar-lhe uma atenção que abranja cuidado e educação em vários aspectos como físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Outro fator que nos permite realizar a aproximação entre as educadoras da infância e o educador social reside na constituição profissional que se torna confusa para ambas as partes, mas semelhantes. Segundo Santos (2005), a identidade da profissional de educação infantil e os saberes e fazeres necessários à docência se constituem mediante buscas individuais e coletivas. Tais buscas relacionam-se às dimensões pessoal, institucional e sindical e ligam-se tanto à dinâmica do co-

nhecimento científico quanto à do senso-comum, assim como remetem aos saberes construídos ao longo do exercício profissional. Dessa maneira, os saberes da docência não são formados por uma vertente única.

Para Libâneo (2006, p. 851), o pedagogo ou educador é todo aquele que lida com a prática educativa, independente do espaço e da formação em nível de graduação: “[...] a formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não formal e informal”.

Nesse tocante, Imberón (2005) afirma que a formação docente e profissional transcende o ensino, o qual pretende a mera atualização científica, pedagógica e didática. Assim, a formação transforma-se na possibilidade de criar espaços de participação e de reflexão na ação. Finalmente, forma o educador na mudança e para a mudança, diante das incertezas do processo educativo, para que realize a construção permanente de saberes no exercício da profissão.

Para Tardif (2002), o saber docente se compõe de vários saberes oriundos de diversas fontes. Esses saberes são disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais, que devem ser compreendidos em íntima relação com o trabalho e a ação. Diz o autor: “Noutras palavras, embora os professores⁴ utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das suas situações, condicionamentos

¹ A pesquisa mencionada faz parte do trabalho dissertativo da primeira autora, em curso, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, a qual versa sobre *O brincar nas políticas educacionais e nas concepções de profissionais da Educação Infantil: status, usos e significações*. A abrangência em sua coleta de dados oportunizou algumas elucubrações de aproximação com a área de Pedagogia Social, no que concerne à função profissional expressa por algumas das doze professoras ou educadoras da infância que foram entrevistadas, representantes de cada um dos centros que compõe a Rede de Educação Infantil Municipal iratiense.

² Para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, optou-se pelas letras iniciais do primeiro nome.

³ Meninas, no sentido de professoras de educação infantil e/ou educadoras da infância. A nomenclatura meninas justifica-se, uma vez que grande parte do quadro dos CMEIs é composto de contratadas, estagiárias do curso de Pedagogia, em sua maioria jovens recém-saídas do Ensino Médio.

⁴ É importante ressaltar que, quando Tardif (2002) cita a terminologia professor, o faz tendo como foco este como educador em sentido amplo e não dicotomizado, de acordo com o que aparece nas falas das educadoras da infância.

e recursos ligados a esse trabalho” (Tardif, 2002, p. 17).

Nessa perspectiva, é plausível compreender o fator determinante da emoção e do sentimento que envolve o trabalho das educadoras da infância no cuidar e educar da criança. Esse fator aparece nas transcrições e em outras situações por elas narradas, as quais não podemos, por ora, pormenorizar. Entretanto, vale afirmar que, no exercício de sua ação educativa, foram constituídos saberes personalizados e situados, fortemente apropriados, incorporados, subjetivados, difíceis de dissociar das pessoas, da situação de trabalho, de suas experiências, da sua modalidade de aprendizagem e de ensino, ou seja, como diria Pierre Bourdieu, de seu *habitus*.

As trajetórias revelaram uma identidade de educadora da infância que se constituiu pela via empírica, quando surgiu o atendimento à infância na Rede Municipal de Irati-PR, vinculado à Secretaria de Assistência Social. Essa experiência fortificou-se com a prática, acompanhando o processo histórico e político de composição dessa rede de atendimento infantil. A educadora vivenciou a transição da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Educação, com um compromisso de cuidado e educação, e a formalização dessa primeira etapa da educação básica como direito da criança, dever do Estado e facultativo à família. Continua seu percurso formativo permanente, seja no trabalho social diário de atendimento à criança e à sua família ou estudando, lendo, assumindo-se como ser inconcluso, como bem pontua Freire (1987), na busca de ser mais.

Considerações finais

Neste texto, refletimos sobre os contextos de formação do educador social no Brasil, passando por dois

lugares em que este profissional se encontra: nas Instituições de Contrato Social e nos CMEIs.

Compreendemos que o educador social não tem uma identidade estática e, assim, pode ser fruto de diferentes vias constituintes, com características únicas, mas em constante movimento de relação: administrativa, sistemática, histórica, empírica e analítica.

O campo de atuação do educador social está em ampla expansão devido às demandas de crianças e adolescentes em situação de risco. Entretanto, a expansão não significa uma melhora nas condições de vida destes, mas revela um aumento das suas exigências, em situação de risco e vulnerabilidade. Dessa forma, podemos compreender que a profissão de educador social em nosso país é fruto da contradição gerada pela condição de desigualdade social existente e seu aumento expressivo, quando, na verdade, deveria diminuir.

O educador social que atua em instituições de contrato social com crianças e adolescentes em situação de risco passa por uma grande crise de identidade. Isso se deve à situação de trabalho sem leis trabalhistas definidas, à indefinição do seu campo de formação e à ausência da representatividade de classe.

Compreendemos que a atuação desse profissional poderá se tornar efetiva por meio de uma ação educativa mais aberta a novas possibilidades de intervenção reflexivas e dialógicas, as quais deixem de lado o improvisado e as ações impositivas.

A reflexão que relacionou a constituição da identidade dos profissionais da educação infantil com as vias de constituição do educador social foi possível, em razão das entrevistas realizadas com as educadoras da infância. A partir das falas dessas educadoras, podemos verificar que a constituição de seus saberes ocorreu por meio do compromisso com a

educação da infância, mediante uma prática em consonância com seus saberes personalizados e engajados.

Tendo em vista os apontamentos e as reflexões explicitadas, entendemos que os contextos de formação do educador social no Brasil são diversos. Ressaltamos, entretanto, que deve existir uma unidade imprescindível no compromisso político desses educadores com a infância e a adolescência. Acreditamos, também, que todos os elementos apontados são fundamentais no contexto formativo do educador social (dialogicidade, reflexão, estudo, formação, entre outros) e têm grande possibilidade de se configurarem como realidade no atual cenário da educação.

Referências

- ARAÚJO, I.O.B. de. 2006. A função da educação social e a intervenção sócio-comunitária a partir da formação do professor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, I, São Paulo, 2006. *Anais...* São Paulo. Disponível em: <http://pedagogiasocial.incubadora.fapesp.br/portal/congresso-2006>; acesso em: 28/04/2008.
- BRASIL. 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, Editora da Fenab, 113 p.
- CERONI, M.R. 2006. O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, I, São Paulo, 2006. *Anais...* São Paulo. Disponível em: <http://pedagogiasocial.incubadora.fapesp.br/portal/congresso-2006>; acesso em: 28/04/2008.
- FREIRE, P. 1987. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 213 p.
- FREIRE, P. 1980. *Educação como prática da liberdade*. 10ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 158 p.
- IMBERNÓN, F. 2005. *Formação docente e profissional*. São Paulo, Cortez, vol. 77, 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época).
- LIBÁNEO, J.C. 1998. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 2ª ed., São Paulo, Cortez, vol. 67, 104 p. (Coleção Questões da Nossa Época).

- LIBÂNIO, J.C. 2006. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. *Educação e Sociedade*, 27(96):843-876.
- OÑA, J.M. de. 2005. El Educador Social: un profesional de la educación en contacto con la infancia. *Revista de Educación Social*, 4. Disponível em: <http://www.eduso.net/res/?b=7&c=64&n=177>; acesso em: 12/08/2006.
- PETRUS, A.R. 1997. Concepto de Educación Social. In: A.R. PETRUS (coord.), *Pedagogia social*. Barcelona, Editorial Ariel, p. 9-39.
- RODRIGUES, L.A. 2005. O educador “em risco”: trabalhando com a infância e a adolescência excluídas. In: M. PARK; R.S. FERNANDES (orgs.), *Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas/Holambra, Unicamp-CMU, p. 269-288.
- ROMANS, M.; PETRUS, A.R.; TRILLA, J. 2003. *Profissão: educador social*. Porto Alegre, Artmed, 208 p.
- SANTOS, M.O.V. dos. 2005. A identidade da profissional de Educação Infantil. In: C.M. GUIMARÃES (org.), *Perspectivas para Educação Infantil*. Araraquara, Junqueira & Marin, p. 87-101.
- TARDIF, M. 2002. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, Vozes, 328 p.
- TRILLA, J. 1996. *La educación fuera de la escuela*. Barcelona, Editorial Ariel, 280 p.
- VANGRELINO, A.C. dos S. 2005. O processo de formação de educadores sociais na área da infância e juventude. In: REUNIÃO DA ANPED, 28, Caxambu, 2005. *Anais...* Caxambu. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt06/gt06430int.rtf; acesso em: 01/05/2008.

Submetido em: 22/07/2008

Aceito em: 24/10/2008

Nájela Tavares Ujiie
Universidade Estadual do
Centro-Oeste – UNICENTRO
Campus Universitário de Irati –
Setor de Humanas, Letras e Artes
Departamento de Pedagogia
PR 153 - KM 7, Bairro Riozinho
84500-000, Irati, PR, Brasil.

Paula Marçal Natali
Colégio Estadual Vinícius de Moraes
Rua Ataulfo Alves, s/n
87053-070, Maringá, PR, Brasil

Érico Ribas Machado
Centro de Ciências da Educação
Campus Universitário Trindade
88040-900, Florianópolis, SC, Brasil